

RESÍDUOS SÓLIDOS: FALTA DE RECURSOS DIFICULTA AVANÇOS NOS MUNICÍPIOS



Editorial

A gestão municipal de resíduos sólidos apresentou avanços, mas pouco expressivos. A indicação é de estudo realizado pela CNM com o objetivo de alertar autoridades, parlamentares e gestores sobre a situação dos Municípios brasileiros em relação às obriga-

ções da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Outro levantamento da entidade mostrou que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp), importante instrumento para a gestão municipal, vem sendo incorporado às administrações locais, mas ainda utiliza os moldes desenvolvidos pelos

Tribunais de Contas.

Esta edição também mostra o avanço de propostas importantes para o movimento municipalista. Além disso, artigo mostra a necessidade de o país reformar a Previdência Social, especialmente diante de um déficit crescente e com grande proporção.



Família Municipalista



Visitas de prefeitos à CNM

					
					
					
					
			 Visite a sala do Prefeito(a) e Vereador(a) na sede da CNM Salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.		

Entrevista



Interesses do Judiciário prejudicam Municípios na PEC dos Precatórios, afirma Goulart

Membro da comissão especial da Câmara dos Deputados que aprovou substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição dos Precatórios (PEC 212/2016), que dispunha em seu texto original sobre o parcelamento da dívida dos Municípios com precatórios em até dez anos, o deputado municipalista Goulart (PSD-SP) falou com a Agência de Notícia da Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre os diferentes campos de força que estariam presentes na discussão da matéria. Segundo ele, setores do Poder Judiciário são uns dos interessados em fazer com que este parcelamento seja reduzido.

A proposta já tramitou no Senado, onde teve o texto de autoria do senador José Serra (PSDB-SP) aprovado. Na comissão da Câmara, foi apreciado substitutivo à proposta do relator Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que reduziu o período de parcelamento para sete, o que prorrogou prazo para até 2024. Agora, o texto segue para o Plenário da Câmara.



Ag. Câmara

compromissados com o municipalismo a estar nas comissões especiais. No meu caso, por exemplo, na comissão especial dos precatórios, proposição de suma importância aos Municípios.

ceber rapidamente, e o parcelamento dificulta essa celeridade do recebimento. O Município, quando acionado pela Justiça, paga parte da dívida e do total pago, 10% é distribuído entre os procuradores. Então, existe esse *lobby* e nós temos que sensibilizar os deputados para salvar os Municípios. Com essa crise financeira, a arrecadação dos Municípios caiu sobremaneira. Também é nosso papel dar condições aos Municípios de sobreviver.

Esse jogo de interesses pode interferir de que forma os Municípios?

Se esse parcelamento, desta forma, não for aprovado, os Municípios não têm como pagar essa dívida. Nós temos que ficar sempre vigilantes, não podemos esmorecer. Hoje, todos os segmentos da sociedade estão se organizando, os interesses da Procuradoria, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dos magistrados, estão todos bem organizados. Existem decisões judiciais que querem que toda arrecadação do Município seja destinada a pagamento de precatórios, ou seja, Município tem que parar de fazer saúde, reparação de estrada para pagar precatório. Nós também temos que nos organizar, que todos os prefeitos se apoiem na CNM, participem e acreditem nos parlamentares que têm compromisso com a Confederação.

Por que ser municipalista? Qual a relevância dessa pauta?

Nós temos essa obrigação. Todo parlamentar vai a Municípios buscar votos e muitos esquecem isso no dia a dia, aqui na Câmara. Infelizmente, os Estados e a União passam as responsabilidades da saúde, das questões ambientais para os Municípios, e passam as obrigações sem os recursos. Os recursos ficam concentrados principalmente com a União e parte importante com os Estados, só uma pequena parte retorna aos Municípios. Nós temos uma pauta, que com o compromisso firmado com a CNM e, agora, com a Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios vamos atuar sobre ela de uma maneira mais organizada. A assessoria da CNM nos orienta quanto às prioridades dos Municípios. Agora, nós estamos procurando escalar os deputados

Existem decisões judiciais que querem que toda arrecadação do Município seja destinada a pagamento de precatórios, ou seja, Município tem que parar de fazer saúde, reparação de estrada para pagar precatório.

importante de todo o parcelamento é pago a eles como sucumbência.

As forças contrárias à PEC estão, então, alocadas no Judiciário?

Exatamente. Eles recebem uma verba com tudo aquilo que é arrecadado de dívida. Eles querem re-



Por que precisamos reformar a Previdência?

O nosso sistema previdenciário está organizado em três regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e a previdência complementar aberta (produtos bancários) e fechada (fundos de pensão). O RGPS e os RPPS são públicos, solidários e obrigatórios. São regimes muito importantes para proteger os brasileiros nas situações em que não podem obter renda do trabalho, como doença, invalidez, morte e velhice. Não podemos abrir mão desse sistema de proteção social.

O problema é que o nosso sistema previdenciário tem um *déficit* enorme e crescente. Isso compromete não apenas o futuro desse que é o mais importante sistema de distribuição de renda e a maior política social do país, como também as demais políticas públicas, pois cada vez haverá menos dinheiro para as principais políticas sociais e obras de que a população tanto necessita se não equilibrarmos a previdência.

Algumas pessoas têm a falsa impressão de que não haveria *déficit* em função de uma contabilidade criativa que é feita pela Associação dos Fiscais da Previdência (Anfip) e que foi desmascarada na CPI da Previdência pelo TCU, pela Instituição Fiscal Independente (IFI), pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof) e pela Consultoria Legislativa do Senado Federal (Conleg). Todos eles órgãos técnicos independentes, sem nenhuma vinculação ou subordinação ao governo federal. Recentemente, até mesmo a Anfip está admitindo que há *déficit* e que é necessário fazer uma reforma, visto que mesmo com sua manipulação de números não há mais como chegar a resultados positivos e ela sabe que nos próximos anos o quadro ficará ainda mais grave.

A nossa previdência precisa ser reformada porque, se por um lado ela garante proteção social a um grande número de brasileiros, por outro ela é o maior instrumento de transferência de renda para os mais ricos. Nosso sistema previdenciário é extremamente injusto, pois garante inúmeros privilégios para os trabalhadores mais organizados, especialmente os servidores públicos, em detrimento da maioria dos trabalhadores.

Os trabalhadores mais pobres se aposentam

por idade, sendo os homens aos 65 anos e as mulheres aos 60 anos, ou pelo benefício assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Seus benefícios são calculados pela média das contribuições e não são integrais, a menos que tenham conseguido contribuir por no mínimo 30 anos. Já os trabalhadores mais bem remunerados do RGPS, como funcionários de estatais, de multinacionais, profissionais liberais, se aposentam mais cedo em função da aposentaria por tempo de contribuição, em média aos 54 anos. No entanto, além do benefício ser calculado pela média, é aplicado o fator previdenciário, que, se ele for muito jovem, pode ter seu benefício reduzido substancialmente.

Já os servidores públicos se aposentam por idade aos 60 anos se homem e 55 se for mulher. Aqueles que ingressaram até 1998 podem se aposentar ainda mais jovens. Os que trabalham em atividades especiais como policiais e professores podem se aposentar com menos de 50 anos. Aqueles que ingressaram até 2003 têm ainda o privilégio da integralidade e paridade, ou seja, se aposentam com o último salário, mesmo que tenham contribuído ao longo da vida com valores muito inferiores. Além disso, se no futuro for dado um aumento real para os servidores ativos, ele receberá esse reajuste. Mesmo para quem ingressou a partir de 2004 ainda há o privilégio de se aposentar mais jovem e não ser aplicado nenhum redutor na sua média de contribuições, ao contrário do que ocorre no RGPS e na previdência de praticamente todos os países do mundo. Esses privilégios fazem com que considerando dois trabalhadores com os mesmos salários e mesmo histórico laboral, sendo um servidor público e outro do RGPS, supondo que o teto fosse o mesmo e, portanto, a mesma contribuição, o servidor público receberia um benefício equivalente ao dobro daquele no RGPS. Não é por acaso que os RPPS apresentam um *déficit* similar ao do RGPS, mesmo tendo apenas 2,6 milhões de aposentados e pensionistas, enquanto no regime



geral há mais de 26 milhões, ou seja, dez vezes mais.

A PEC 287/2016 acaba esses privilégios, embora ainda possibilite uma suave regra de transição para os atuais. No futuro, os servidores se aposentarão com as mesmas regras do RGPS. Isso tem incomodado

a grande maioria das corporações de servidores públicos. O pior é

que essas corporações tentam enganar a sociedade, a utilizando como escudo para defender seus privilégios, tentando convencê-la de que a reforma é ruim para a população e de que ela não é necessária, quando na verdade a reforma está buscando acabar com o efeito "Robin Hood às avessas" que nosso sistema previdenciário possui. A reforma, ao igualar as regras e controlar o crescimento do *déficit* previdenciário, fará com que não tenhamos mais de retirar recursos dos mais pobres, via tributos sobre o consumo, para cobrir o *déficit* da previdência dos mais ricos, especialmente servidores públicos das corporações mais poderosas, cujo rendimento médio os coloca entre os 3% mais ricos do país.

Com a reforma previdenciária aprovada, teremos uma previdência mais justa e sustentável. O trabalhador de baixa renda estará protegido. Nosso sistema continuará sendo público e solidário. As finanças públicas estarão mais equilibradas, permitindo que se invista mais em saúde, educação, segurança e infraestrutura. Haverá mais confiança no país, o que reduzirá ainda mais os juros, atrairá investimentos e gerará empregos, reduzindo o grande número de desempregados. Portanto, a reforma previdenciária deveria ser defendida por todo cidadão brasileiro que tenha espírito cívico e que tenha compromisso com o futuro dos seus filhos e netos.

Leonardo Rolim, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, ex-secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social e ex-vice-presidente da Conferência Interamericana de Seguridade Social.

Precatórios



PRECATÓRIOS

Débitos milionários esmagam orçamento municipal

Mais de R\$ 11 milhões de dívidas em precatórios e uma despesa que se arrasta há mais de 30 anos. Essa é a lamentação do prefeito do Município de Barroso (MG), Reinaldo Fonseca, que somou esforços com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) pelo apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 212/2016, que tramita no Congresso Nacional.

O projeto cria um novo regime de pagamento de precatórios, que prorroga o prazo para quitação da dívida. A CNM considera a matéria favorável aos Municípios, tendo em vista que o prazo estabelecido na proposta inicial possibilita o pagamento dos débitos em precatórios sem inviabilizar a prestação dos serviços públicos essenciais.

De acordo com o prefeito, sem a aprovação dessa PEC, é impossível que ele consiga quitar os débitos existentes. “Enquanto essa proposta não for aprovada, estou impossibilitado de pagar. Ou pago os precatórios ou pago os servidores da Prefeitura. Não temos dinheiro”, lamentou o gestor.

Essa realidade é compartilhada pelo Município de Várzea Alegre (CE), distante milhares de quilômetros da cidade mineira. Segundo o prefeito, José Helder, Várzea Alegre possui uma dívida de R\$ 9 milhões em precatórios. O valor elevado pressiona o, já comprimido, orçamento local.

“Todos os meses é retido do meu orçamento um valor de R\$ 175 mil. Isso equivale a aproximadamente 15% da Receita Corrente Líquida (RCL). E eu não tenho como acomodar essa parcela na minha receita. Com esse valor daria para fazer muita coisa”, disse Helder ao relatar as maneiras de empregar o dinheiro.

Como exemplo, ele citou a aplicação na saúde e na educação, duas áreas-chave na administração municipal. O prefeito defende a mobilização nacional pela aprovação da PEC e disse estar acionando a bancada de parlamentares do Ceará. “Quem perde [com a rejeição da matéria] é a população”, finalizou.



Entenda os Precatórios

Precatórios são dívidas acima de 60 salários mínimos contraídas pela Fazenda Pública em razão de condenação judicial. A CNM reforça que o valor de precatórios devido pelos Municípios é superior a R\$ 40 bilhões. Destes, 91% se concentram nos Tribunais de Justiça e o restante em precatórios trabalhistas e federais.

A Confederação ressalta que o texto na forma que foi aprovado no Senado é mais favorável aos Municípios ao se comparar ao substitutivo que tramita na Câmara. Nesse sentido, a entidade tem se empenhado para que a matéria seja aprovada com o mesmo teor da já acatada no Senado.

Veja a seguir a tabela que compara os principais pontos entre as proposições:

Texto original Senado	Substitutivo comissão especial na Câmara
Extensão do prazo para pagamento dos precatórios para 10 anos.	Extensão do prazo para pagamento dos precatórios até 31/12/2024 (7 anos).
Atualização monetária pelo IPCA-E e Juros da Caderneta de Poupança.	Atualização monetária pelo IPCA-E sem aplicação de juros.
Depósitos mensais em conta do Tribunal de Justiça, limitados da seguinte forma: – 0,5% da RCL para Entes das regiões N, NE, CO; – 0,5% da RCL para Entes das regiões SE e S com endividamento total de até 35% da RCL com precatórios; e – 1,5% da RCL para Entes das regiões SE e S com endividamento acima de 35% da RCL com precatórios.	Sem limitação para pagamento dos precatórios sobre a Receita Corrente Líquida (RCL).
50% da poupança para pagamento ordem e restante para acordos com desconto de até 40% do valor do precatório.	Não há a previsão de acordos com desconto.
Não há limitação.	Proibição de novas desapropriações pelos Entes cujos estoques de precatórios sejam superiores a 70% da RCL.

Saúde



Assistência farmacêutica: CNM contesta valores de repasses previstos em portaria

Os repasses para a compra de medicamentos que fazem parte do Componente Básico de Assistência Farmacêutica (CBAF) foram alterados de R\$ 5,10 para R\$ 5,58 por habitante/ano. Os novos valores foram definidos pelo Ministério da Saúde (MS) por meio da Portaria 2001/2017. Apesar do reajuste aparente, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) contesta os números estabelecidos pelo governo federal e aponta defasagem nas transferências.

Em relação à Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Pnaf), a CNM tem mostrado tanto a perda de recursos pela não atualização populacional quanto a insuficiência dos valores destinados à estratégia. Pelos cálculos da entidade, levando-se em consideração a perda de poder de compra

frente à inflação acumulada, o valor em 2017 deveria ser de R\$ 8,11/ano per capita, bem acima do R\$ 5,58 anunciado pelo Ministério.

A normativa do MS também estabelece que a atualização populacional será feita com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016. Para evitar a redução de verba nos Municípios que registraram população menor na estimativa de 2016, em relação à população estimada em 2009, a própria normativa prevê que será considerada a estimativa de 2009 nessas localidades.

Diante disso, a Confederação ressalta que a portaria não indicou aumento nos valores dos repasses dos Estados aos Municípios. Além disso, o valor mínimo que o Ente municipal deve aplicar não so-



Ag. Brasil

freu alteração. A normativa manteve os valores de R\$ 2,36 por habitante/ano para Estados e Municípios. A CNM destaca que os gestores municipais que aguardam revisão populacional – para fins de contagem per capita e aumento do valor de repasse anual por parte das Secretarias Estaduais – revejam os valores mínimos repassados aos seus Municípios.

Saúde



Confederação analisa novas diretrizes para a Política de Atenção Básica em saúde

A Atenção Básica em saúde, fundamental no atendimento à população, foi submetida a mudanças. Preocupada, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) fez uma análise das modificações que foram sugeridas pela Comissão de Intergestores Tripartite (CIT) na Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), expressa na Portaria 2.488/2011. A entidade fez um levantamento dos pontos positivos e mais críticos para a administração municipal.

A CNM informa que os recursos, os credenciamentos e as habilitações das Equipes de Saúde da Família continuarão sendo prioritários e maiores, tendo em vista ser a estratégia principal para expansão da Atenção Básica. A medida ainda deve ampliar o número de equipes que recebem apoio dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB). Atualmente, os Nasf apoiam somente as Equipes de Saúde da Família. Com a revisão, passarão a apoiar também outras equipes de Atenção Básica.

Outra mudança melhora o acesso do cidadão aos serviços das UBS. Atualmente, o usuário é vinculado à unidade próxima à residência. Com o novo texto, o cidadão poderá acessar outras unidades, como UBS próximas ao trabalho, mas tendo uma equipe como referência para o cuidado. Com a implantação do Prontuário Eletrônico em todas as UBS, a população poderá ser atendida em qualquer unidade de saúde, caso haja necessidade.

ACS

A CNM alerta, também, que a nova legislação traz novas atribuições para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), como aferir pressão arterial e glicemia capilar, além de fazer curativos limpos. Essas novas atividades começarão após autorização legal e capacitação técnica para tal. As equipes que não se enquadram nos parâmetros da Estratégia de Saúde da Família não tinham definição específica nem financiamento.



EBC

Nova legislação

A nova legislação mantém o mínimo de profissionais – médico, enfermeiro e técnico de enfermagem –, garantindo a qualidade do atendimento, mas flexibiliza o número de agentes comunitários de saúde. O mínimo é um agente nas equipes de Saúde da Família e, nas regiões de risco e vulnerabilidade, recomenda-se que alcancem 100% de cobertura da população adscrita.

A CNM aguarda a publicação oficial da nova Pnab para mais esclarecimentos e orientações aos gestores municipais.



Matérias municipalistas avançam na tramitação

O mês de setembro ficou marcado com a sanção e o avanço de matérias municipalistas. Pleitos históricos do movimento, como o registro de nascimento no Município de origem e as matérias de reformulação do pacto federativo, como os Consórcios Cauc, tramitaram nas Casas legislativas, e os Municípios obtiveram resultados positivos.

A primeira significativa vitória obtida no mês foi relativa à simplificação de contas municipais. O Senado aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/2015, que faz parte da pauta prioritária do movimento municipalista. Ela desburocratiza a prestação de contas municipais, simplificando a contabilidade de Municípios pequenos.

A proposta que agora segue para análise da Câmara dos Deputados institui um tratamento jurídico diferenciado a Municípios com até 15 mil habitantes. Eles terão prazos diferenciados para prestar contas e publicar balancetes, além de uma simplificação para liberação de recursos e fiscalização das contas prestadas, especialmente quando se trata de transferências voluntárias entre os Entes da Federação.

Consórcios Cauc

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou projeto de lei do Senado de fundamental interesse do movimento municipalista: o PLS 2.542/2015, também chamado de Consórcios Cauc. O projeto teve pleno apoio dos membros do colegiado, com exceção do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), o único a se manifestar contrariamente à aprovação.

A CNM é favorável à proposição, já que a medida tem por objetivo explicitar a regra de que as exigências de regularidade fiscal, previdenciária e outras devem recair sobre o próprio consórcio, sem impô-las a Estados e Municípios que o constituem.

A matéria já foi apreciada no Senado e, agora, segue para o crivo do Plenário da Câmara. A Confederação conta com o apoio dos deputados na aprovação do projeto, que garante a segurança jurídica para que não haja confusão entre as responsabilidades do consórcio público, enquanto pessoa jurídica autônoma, e dos Entes consorciados individualmente.



Aq. Câmara

AUDIÊNCIA

Atenta às matérias que podem melhorar a condição financeira dos Municípios brasileiros, a CNM participou de audiência pública promovida pela Comissão Mista para análise da Medida Provisória (MP) 789/2017, que dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

A entidade propôs 12 emendas a essa medida, que já foram protocoladas por parlamentares municipalistas. Com o intuito de mostrar a posição dos Municípios mineradores às MPs da Mineração e influir no processo de desenvolvimento do relatório que será votado, na oportunidade, explanou-se sobre cada uma delas.

Entre as emendas defendidas, foram destacadas as questões referentes aos impactos da mineração nos Municípios não mineradores. Uma das propostas da CNM é o compartilhamento da Cfem da seguinte forma: 10% para a União, 20% para os Estados, 60% para os Municípios produtores e 10% para os Municípios impactados.

Trâmites concluídos

Teve seu trâmite legislativo concluído e já sancionada, neste mês, norma que altera a Lei de Re-

gistros Públicos. Representando uma importante demanda do movimento municipalista, a Lei 13.484/2017 permite que a certidão de nascimento indique como naturalidade do filho o Município de residência da mãe.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ressalta o caráter benéfico da modernização da legislação, uma vez que beneficia os Municípios em que não há hospital. De acordo com a nova lei, "a naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento".

A Câmara e o Senado concluíram a apreciação do Plano Nacional de redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), que agora aguarda a sanção presidencial. O documento orientará ações e programas para diminuição dos índices negativos no trânsito em todo o país e submeterá os Estados a metas anuais, como redução de 50% das mortes no trânsito ao fim de dez anos.

A CNM é favorável à instituição do Plano e atuou intensamente para garantir a aprovação do projeto por deputados e senadores. De acordo com a entidade municipalista, os impactos sociais e econômicos das mortes no trânsito oneram o sistema de saúde e previdência, já que aproximadamente 70% dos leitos das Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) são ocupados por vítimas do trânsito.

Estudo



Pesquisa da CNM mapeia adoção do PCasp nos Municípios brasileiros

Importante instrumento para a gestão municipal, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) vem sendo incorporado às administrações locais, mas ainda utiliza os moldes desenvolvidos pelos Tribunais de Contas. É o que aponta um levantamento encabeçado pela área técnica de Contabilidade da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A pesquisa tinha como objetivo avaliar o nível de maturidade de adoção do PCasp e do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) por parte dos Municípios brasileiros. O questionário foi aplicado entre os meses de maio e julho deste ano, para contabilistas, secretários de administração e secretários de finanças municipais.

Ao todo, 4.046 Municípios, que correspondem a 72,7% das cidades existentes no país, responderam à pesquisa. Logo no início, a entidade constatou que houve um retrocesso no que diz respeito ao vínculo profissional do contabilista nos Municípios. Em 2014, o percentual de contadores concursados era de 57,54%, número que caiu para 51,8% em 2017, conforme aponta tabela:

Situação profissional do contabilista no Município em 2017

Servidor concursado	2.094	51,8%
Cargo comissionado	556	13,7%
Prestador de serviço terceirizado (escritório)	1.347	33,3%
Não responderam	49	1,2%
Total	4.046	100,0%

Como pontua a Confederação, essa mudança nas proporções de cargos comissionados e prestadores de serviços terceirizados pode sinalizar aumento na procura por consultorias, em razão das mudanças de orientação e da instabilidade das normas publicadas.

Quando perguntados se haviam implantado o PCasp, 3.382 Municípios (ou 83,6% dos respondentes) afirmaram que sim. Já outros 508 Municípios apontaram que o Plano está em fase de implantação. A região Sudeste concentra o maior percentual de cidades onde o PCasp ainda não foi totalmente concluído (45,1%).

Como principal entrave, os gestores apontam a falta de pessoal técnico qualificado e a ausência de informações contábeis patrimoniais para efetuar os registros na contabilidade. Também chama atenção na pesquisa o fato de que 131 cidades pretendem aguardar os apontamentos dos Tribunais de Contas estaduais ou municipais. O grupo irá adaptar seus sistemas contábeis, conforme os proble-



mas forem surgindo, e estimular a capacitação de seus servidores.

O material mapeia ainda qual o modelo de PCasp tem sido utilizado nos Municípios. Em 951 (23,5%) das cidades pesquisadas, foi aplicado o Plano até o 5º nível. Para 1.119 (27,7%), prevalece o PCasp estendido, que abriga sete níveis. Contudo, a maioria adota o Plano de Contas Próprio, orientado pelos Tribunais de Contas, o que reforça sua influência no contexto municipal. É o caso de 1.860 Municípios brasileiros (46% do total de pesquisados).

Já no que diz respeito ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, 56,8% dos pesquisados afirmaram ter conseguido atender aos prazos estabelecidos, mas quase 40% ainda encontra dificuldades, conforme revela a pesquisa. Mais uma vez, o Município esbarra na falta de pessoal técnico capacitado.

A pesquisa perguntou ainda quais Municípios mantêm unidade gestora de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), chegando ao total de 1.633 (40,4%) cidades. O intuito era saber se os Municípios com RPPS tinham conhecimento de que a partir de janeiro do próximo ano devem enviar informações via matriz de saldo contábeis. Mais da metade dos respondentes sinalizou não saber disso.

Posicionamento

Para a CNM, houve avanços significativos. Porém, o nível de maturidade de adoção do PCasp e do PIPCP municipal ainda é baixo. A falta de padronização entre o Tesouro Nacional e os Tribunais de Contas gera custos elevados e o sentimento de “enxugar gelo”, uma vez que todo o investimento feito antes se perde com as novas alterações.

Além disso, a Confederação reforça que as constantes mudanças impossibilitam uma análise temporal dos avanços orçamentários brasileiros. Essa realidade requer não apenas a definição de estratégias que atendam às diferentes realidades do país, mas também a criação do Conselho de Gestão Fiscal.

Estudo



Gestão municipal de resíduos sólidos evolui sutilmente nos últimos dois anos

Em espaço temporal de dois anos, entre 2015 e 2017, a gestão municipal de resíduos sólidos apresentou avanços, mas pouco expressivos. Os dados advêm de pesquisa promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que abrangeu a maioria dos Municípios em todas as regiões do Brasil, a fim de alertar autoridades, parlamentares e gestores sobre a situação dos Municípios brasileiros em relação às obrigações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Os resultados foram obtidos a partir das manifestações espontâneas dos 4.224 Municípios que participaram da consulta, o que corresponde a 75,6% das administrações municipais do país. De acordo com o diagnóstico resultante da pesquisa, a disposição inadequada de resíduos em lixões e aterros controlados reduziu de 50,6% em 2015 para 48% em 2017. No entanto, a quantidade de aterros sanitários também sofreu queda de 48,3% para 47,5% no mesmo período.

A compreensão da CNM sobre a redução é positiva: Municípios vêm buscando soluções coletivas para a gestão de resíduos, como aterros privados compartilhados e consórcios de resíduos sólidos regionalizados.

A pesquisa também atestou avanço sutil quanto aos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), que totalizavam 36,3% em 2015 e, neste ano, subiu para 38,2%. Neste ponto, a Confederação destaca que, desde 2012, quando venceu o prazo para a execução dos planos, o governo federal não disponibiliza recursos para este fim, o que justifica o baixo crescimento do percentual dos Municípios com os planos de resíduos.

A respeito de compostagem e coleta seletiva, notou-se que muitos Municípios interromperam estes serviços. Houve queda de 49,1% para 48,3% da coleta seletiva, entre 2015 e 2017, e de 13,6% para 12,2% em relação à compostagem. A Confederação reitera que, ainda que a queda seja pequena, ela é um alerta de que, em vez de expandir, os Municípios estão com dificuldades para manter esses serviços, motivos que evidenciam o quanto a crise financeira



Cacae/PR

está afetando a gestão de resíduos sólidos.

No que diz respeito aos consórcios públicos de resíduos sólidos, estes se mantiveram estáveis nos últimos dois anos, uma vez que registraram aumento de apenas 0,1%. Em 2017, eles representam 29,5%

da gestão dos resíduos nos Municípios. Apesar da baixa expressividade de sua presença, essa é uma ferramenta fundamental para fazer a gestão de resíduos municipal ganhar escala e reduzir os custos da disposição final em aterro sanitário.

DIAGNÓSTICO DA GESTÃO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

ANO	Lixão/Aterro Controlado	Aterro Sanitário	PMGIRS Finalizado	Coleta Seletiva	Compostagem	Consórcios de Resíduos Sólidos
2015	50,6%	48,3%	36,3%	49,1%	13,6%	29,4%
2017	48,01	47,5%	38,2%	48,3%	12,2%	29,5%

OBS: Pesquisa da CNM com 4.224 Municípios, dados que correspondem a 75,6% dos 5.568 Municípios brasileiros.



Governo Alagoas

Institucional



Em Brasília, Ziulkoski reforça importância da pauta municipalista a parlamentares

“Em quem mais batem é nos Municípios, porque quem fiscaliza os Municípios é quem não cumpre a Lei. Começa por aí a aparecer a realidade dura do nosso País”, disse o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. O líder municipalista cumpriu intensa agenda na Capital Federal, entre os dias 11 e 13 de setembro. Reuniões, audiências e encontros com parlamentares marcaram os dias do líder municipalista em Brasília.

Durante lançamento do estudo Obras paradas: Cruzamento de base de dados de contratos de repasse (CEF) e restos a pagar (Siafi), Ziulkoski disse que o cenário é uma das coisas mais sérias do Brasil, atualmente. São mais de 8,2 mil obras paradas nos Municípios que representam o desperdício de dinheiro público. “Dos quase R\$ 32 bilhões que os Municípios têm direito a receber em 2017, conforme previsão do orçamento da União, menos de 25%, um total de apenas R\$ 7,3 bilhões foram pagos até o momento”, contou durante coletiva de imprensa de apresentação dos dados. Os dados do estudo foram amplamente divulgados pela imprensa.

Em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios, mais um almoço foi promovido com parlamentares. O coordenador da Frente, deputado Herculano Passos (PSD-SP), reforçou a necessidade de manter a mobilização para garan-



tir a sanção presidencial do Encontro de Contas da Previdência dos Municípios e a União. “É uma proposta justa, defensável, porque se o Município tem crédito com o governo federal e tem débito, nada mais justo do que pagar o saldo devedor”, afirmou.

A Confederação também se reuniu com representantes de entidades ligados ao setor financeiro para discutir padronização nas operações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Para a entidade, a criação de um sistema vai facilitar tanto para o Município receber quanto para os contribuintes.

Ziulkoski acompanhou audiência da Comissão Especial que discute a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2015, na Câmara dos Deputados. O texto torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que tem vigên-



cia até 2020, instrumento permanente de financiamento da Educação Básica pública.

Em participação na audiência pública conjunta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e de Seguridade Social (CSSF), para discussão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), falou da dívida atuarial dos Entes federativos. “A maioria dos cerca de 2 mil Municípios que adotam o regime próprio apresenta superávit com o RPPS, enquanto o cenário é oposto com a União. A União precisa de 11,5 vezes da sua receita corrente líquida para cobrir seu déficit”, mostrou Ziulkoski.

Durante a permanência em Brasília, outro encontro foi com o presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), o deputado estadual Luciano Nunes (PSDB-PI), para debater parcerias que venham render frutos positivos aos Municípios e aos Estados brasileiros.

Institucional



Entenda o Encontro de Contas

Imagine que todos os meses, ao receber seu salário, conste na sua folha de pagamento um desconto significativo, resultante de uma dívida que você não sabe ao certo quando adquiriu, nem o montante total de seu valor, portanto, também não sabe quando irá, de fato, quitá-la. Transpassando para a realidade das administrações municipais, este caso é o que, de certa forma, ocorre com a maioria dos Municípios brasileiros acusados de possuírem dívidas previdenciárias. O Encontro de Contas vem para sanar essa situação que alerta para a falta de transparência no acerto de débitos entre os Entes da Federação.

Pleito histórico do movimento municipalista, o Encontro de Contas permitirá que os gestores municipais saibam o valor total de suas dívidas, que dependerá do resultado final entre créditos e débitos que Municípios possuem com a União. As parcelas a serem pagas vão depender do saldo final do encontro entre os débitos dos Municípios e da Previdência Social.



A nova legislação também cria o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo do Gabinete da Presidência da República e à Receita Federal. Os créditos que tiverem controvérsias poderão ser revisados por esse comitê.

Parlamentar



Parlamentares presentes no almoço

Registraram presença no almoço os seguintes parlamentares: o senador Cidinho Santos (PR-MT); e os deputados Herculano Passos (PSD-SP); Conceição Sampaio (PP-AM); Renato Molling (PP-RS); Afonso Mota (PDT-RS); Josué Bengtson (PTB-PA); Gorete Pereira (PR-CE); Soraya Santos (PMDB-RJ); Fábio Ramalho (PMDB-MG); Geraldo Resende (PSDB-MS); Jerônimo Goergen (PP-RS); Beto Rosado (PP-RN); João Fernando Coutinho (PSB-PE); Osmar Serraglio (PMDB-PR); Guilherme Coelho (PSDB-PE); e Carlos Melles (DEM-MG).

Parlamentar em destaque



Antônio Anastasia (PSDB-MG)

O senador é autor do Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/2015, que estabelece a prestação de contas simplificada para Municípios de pequeno porte. A matéria foi aprovada em segundo turno no Senado Federal e seguiu para a Câmara.



Glauber Braga (Psol-RJ)

O deputado fez exemplar defesa contrária à aprovação do Projeto de Lei 1.504/2015, durante debate em comissão. A proposta atribui aos Municípios responsabilidade de com segurança pública, o que, como destacado pela CNM, é inconstitucional.



Hildo Rocha (PMDB-MA)

O deputado defendeu ferrenhamente a aprovação do Projeto de Lei 2.542/2016, chamado de Consórcios Cauc, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. No entanto, o projeto ainda aguarda deliberação.



Elmano Férrer (PMDB-PI)

O senador se comprometeu em acatar emendas propostas pela CNM à MP das PPPs (MP 786/2017), na qual é relator em comissão mista.

Diálogo Municipalista 2017

Diálogo Municipalista da CNM percorre mais quatro Estados

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) dá continuidade à série de encontros do Diálogo Municipalista. Para fechar o mês de agosto e iniciar os trabalhos de setembro, a comitiva marcou presença nos Estados de Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Amazonas.

Os temas de trabalho foram diversos, envolvendo questões inerentes ao dia a dia das administrações locais. Entre eles, mecanismos para incremento de receitas, fundamental durante esse período de desaceleração da economia brasileira, bem como as pautas mais urgentes do movimento municipalista.



São Luís (MA)

A cidade de São Luís (MA) recebeu a quinta edição do Diálogo Municipalista nos dias 16 e 17 de agosto. O primeiro vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, consultores, técnicos de finanças da entidade e o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, apresentaram aos gestores situações preocupantes referentes à municipalização dos serviços públicos, bem como os desafios e as preocupações da gestão municipal.

A descentralização da arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conquista recente do movimento municipalista, foi outro assunto que esteve na pauta do evento em São Luís. Na ocasião, o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) detalhou a luta dos Municípios ao longo dos anos, desde a apresentação da proposta até a derrubada do veto presidencial.

Os gestores maranhenses também tiveram orientações da CNM sobre a instituição e a arrecadação de impostos municipais. Entre as alternativas, estão o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Territorial Rural (ITR). Os participantes ainda apresentaram demandas da gestão municipal no Estado, como a eliminação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da iluminação pública e a redução da tributação de energia para os pequenos irrigantes.



Canela (RS)

Com o tema Articulação Política do Movimento Municipalista, o Município de Canela, no Rio Grande do Sul, recebeu a comitiva da CNM nos dias 24 e 25 de agosto. O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, o presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Salmo Dias, e o prefeito de Canela, Constantino Orsolin, destacaram que o momento é de definir as prioridades das demandas municipalistas e pediram a mobilização dos gestores.

“O importante é ter um foco nessas demandas. Precisamos da ajuda dos prefeitos para que entrem em contato com os deputados e os senadores e peçam a aprovação das reivindicações dos Municípios”, conclamou Ziulkoski.

As mudanças na legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) também estiveram na pauta do Diálogo de Canela. Ziulkoski lembrou que, após a descentralização da arrecadação do tributo, o ISS será o principal imposto de receita própria. Por isso, os gestores alertaram sobre adequações que precisam ser feitas no ordenamento tributário dos Entes, normalmente no Código Tributário municipal, para o recebimento dos recursos a partir de 2018.

O encontro em Canela ainda teve como pauta as parcerias entre os órgãos de controle externo e os Municípios. Na ocasião, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, explanou sobre a Lei da Governança e a importância da integração entre as esferas governamentais que compõem o Estado. Nardes explicou que o TCU tem desenvolvido ações para que esses objetivos sejam alcançados. “A nossa proposta é fazer um trabalho conjunto com os Tribunais de Contas dos Estados, com a CNM e com o controle interno de todos os Estados para que os gestores não tenham problemas na prestação de contas”, disse.



São José (SC)

Durante os dias 30 e 31 de agosto, o Diálogo Municipalista catarinense reuniu aproximadamente 120 gestores municipais. O foco das apresentações esteve nas estratégias para elevar a arrecadação municipal. Como sinalizaram os prefeitos, a base agrícola da região é muito forte e há um número considerável de cidades que dependem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A programação revelou algumas estratégias para incremento de receitas, como o uso de plataformas a exemplo do Êxitos. A ferramenta disponibiliza informações de todas as oportunidades disponíveis para os Municípios buscarem recursos, dentro e fora do Brasil.

Também houve um momento dedicado a compartilhar com os gestores catarinenses –apontamentos feitos pelos Tribunais de Contas aos Municípios. Entre os erros mais comuns, estão a ausência de licitação e a falta de comprovação da realização de serviços pagos. A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) ministrou um painel em que trouxe iniciativa da entidade para avaliar a eficiência da arrecadação nos Municípios.

Ao final dos trabalhos, o 1º vice-presidente da CNM, Gládemir Aroldi, agradeceu a presença dos participantes do encontro e reforçou a necessidade de união do movimento municipalista. Ele convidou novamente os prefeitos catarinenses a se engajarem com a pauta prioritária.



Manaus (AM)

O oitavo encontro adotou como tema os Desafios Locais em Meio Ambiente e Saneamento Básico, duas áreas-chave para a região Norte. Além dos gestores do Amazonas, o Diálogo Municipalista reuniu prefeitos de Rondônia e do Pará, o que reforça a importância dos assuntos debatidos para esse conjunto de cidades.

No primeiro dia, a entidade manteve o cronograma e apresentou itens urgentes da pauta prioritária, orientou os participantes sobre dispositivos da Constituição Federal, suas obrigações constitucionais e, ainda, compartilhou resultados de uma pesquisa. O material revelou aos gestores as falhas mais comuns nas administrações locais.

Já o segundo dia de trabalho trouxe painéis que mergulharam no financiamento da gestão ambiental nos Municípios, com apresentação dos fundos disponíveis e dicas para estruturação dos projetos. Um dos destaques foi quando a consultora de Meio Ambiente e Saneamento da entidade, Cláudia Lins, lembrou que proatividade é essencial para obter recursos para a área. Anfitrião do evento, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, também falou sobre a realidade do Município e os principais entraves locais.

O encontro encerrou com o depoimento do prefeito de Cerejeiras (RO), Ailton Gomes, que dividiu sua experiência para avanço da temática de resíduos sólidos. E com a fala do presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), João Campelo. O líder agradeceu a presença de todos os participantes, enaltecendo sua disposição para enfrentar as longas distâncias.

Reinserir



Boas práticas: Municípios aprovam projetos de incentivo à reinserção social

Municípios da Paraíba e do Rio Grande do Norte que integram o Projeto Reinserir deram importantes passos para a reinserção social de dependentes de álcool e outras drogas recentemente. Picuí (PB), Pedra Lavrada (PB) e Carnaúba dos Dantas (RN) aprovaram leis para garantir a recolocação profissional.

Em Picuí, o projeto aprovado por unanimidade na Câmara Municipal prevê a destinação de 5% das vagas em empresas contratadas pela prefeitura a pessoas que estejam em tratamento. O autor da ideia, vereador Jean Barros, elaborou a proposta inspirado em um estudo lançado pelo Reinserir.

"A gente se sensibilizou em apresentar esse projeto a partir de uma palestra do Reinserir, da qual nós participamos, sobre redução de riscos. Eu achei fascinante a ideia que o palestrante falava sobre os dependentes químicos. Como a gente não conseguia fazer com que as pessoas evitassem aquela substância química, nós poderíamos minimizar os riscos", destacou Jean. A lei prevê que os beneficiários integrem programas de tratamento contra a dependência.

O projeto de Carnaúba dos Dantas destina 1% das vagas de empresas que prestam serviço à prefeitura. Ele já foi aprovado e sancionado. Pedra La-

vrada (PB) também aprovou lei semelhante com foco na inclusão de dependentes em recuperação.

O Reinserir é desenvolvido em 14 Municípios da região do Curimataú e Seridó paraibano por iniciativa da Confederação Nacional de Municípios com apoio da União Europeia. Saiba mais sobre as ações do Projeto em www.reinserir.cnm.org.br.



Rede Municipalista



CNM promove curso para agentes municipalistas nos dias 23 e 24 de outubro

A agenda de cursos da Rede Municipalista tem seguimento neste mês de outubro em João Pessoa, na Paraíba. A capacitação ocorre nos dias 23 e 24, no auditório da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup). A entidade fica na Rua Lauro Torres, 110, Tambauzinho.

Podem participar do evento agentes municipalistas, indicados pelos gestores municipais, de

Municípios contribuintes à CNM. O curso tem duração de 16 horas e aborda conteúdos fundamentais para a gestão municipal, como a pauta municipalista e o processo legislativo. A Rede Municipalista recomenda que o participante leve computador ou outro equipamento com acesso à internet para as atividades práticas.

Em 2017, as capacitações da Rede já passa-

ram por 10 Estados e formaram mais de 300 agentes. As vagas são limitadas e as inscrições devem ser realizadas de forma *on-line* por meio do site www.rede.cnm.org.br/curso.



Projetos



MuniCiência seleciona Municípios e Consórcios que desenvolvam projetos e práticas inovadoras

Além dos Municípios, os consórcios intermunicipais também podem participar do projeto MuniCiência — Municípios Inovadores. A iniciativa, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), busca identificar, analisar, reconhecer e compartilhar projetos e práticas inovadoras adotadas por Municípios e Consórcios que contribuam de forma significativa para a melhoria da gestão municipal.

Para atender à demanda dos consórcios, a Confederação preparou uma errata no edital que antes buscava iniciativa apenas de Municípios. A entidade

acredita e reconhece que os consórcios também são geradores de práticas inovadoras inéditas nos Municípios ou apresentadores de novas estratégias, de forma a contribuir significativamente para a melhoria da gestão municipal.

A proposta da CNM é disponibilizar um leque de alternativas adaptáveis e acessíveis, compartilhar informações e fomentar a implementação de boas práticas na gestão. O MuniCiência é parte do Projeto UniverCidades — Plataforma para o Desenvolvimento e Governança Municipal.

As inscrições vão até o dia 10 de novembro. O resultado das inscrições recebidas e homologadas será divulgado no dia 14 de novembro de 2017, no site do MuniCiência. As iniciativas válidas homologadas serão analisadas por uma Comissão de especialistas e técnicos da CNM.



Institucional



Lançado em maio, Movimento Mulheres Municipalistas apresenta avanços

O Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) foi lançado em maio deste ano, durante a programação da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Em seus cinco meses de atuação, o movimento feminino apartidário brasileiro pioneiro vem avançando pelo país e tem expandido seu campo de atuação e influência.

Criado para fortalecer a inserção das mulheres nos processos de governabilidade, o MMM dá voz a prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras, secretárias municipais e demais mulheres envolvidas na gestão dos Municípios. Suas fundadoras, Tânia Ziulkoski e Dalva Christofoletti, almejam mudar a realidade atual, em que apenas 12% das prefeituras são geridas por mulheres e somente 10% dos integrantes do Legislativo são do sexo feminino.

Além disso, o grande desafio do movimento é fortalecer projetos e iniciativas com impacto direto na população brasileira. Para isso, foram nomeadas as representantes estaduais e integrantes do Grupo de Trabalho (GT). Outra estratégia é desenvolver ações alinhadas às tendências mundiais de luta pela igualdade de gênero e de incentivo à liderança política das mulheres.

Após definição das principais pautas de atuação, as integrantes do movimento já promoveram diversas agendas, confira!



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM

CONHEÇA OS PRINCIPAIS PONTOS DE AÇÃO

1. Ampliar a divulgação e buscar o comprometimento das prefeitas integrantes do MMM com o projeto Municípios Doadores.
2. Estimular as integrantes do MMM a desenvolverem em suas cidades os projetos em que a CNM é protagonista e que apresentam resultados positivos como: Mulheres Seguras e Reinsérer.
3. Levantar resultados destes projetos nos Municípios e divulgá-los amplamente, visando a estimular a participação de outros Municípios.
4. Aproveitar as boas práticas desenvolvidas pelas prefeitas integrantes do MMM em seus Municípios e divulgar estas iniciativas, organizando-as para exemplificar o trabalho nos grandes eventos da CNM como a *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.
5. Organizar encontros trimestrais com senadoras e deputadas federais, bem como convidar ministras de Estado para:
 - I. informá-las acerca da pauta municipalista e dos projetos que precisam ser votados logo, demonstrando a importância destes para os Municípios ou para estimular a participação da mulher na política;
 - II. Ouvi-las sobre suas experiências como mulheres no desempenho de seus mandatos atuais e passados, com o objetivo de instrumentalizar as integrantes do MMM sobre os desafios que poderão enfrentar.
6. Organizar encontros ampliados, levando aos mesmos assuntos de interesse do movimento municipalista e do MMM para transformá-los em momento de informação, atualização e encontro das integrantes do MMM.



CNM promove série de ações para integrar o Legislativo local às pautas municipalistas

A interação entre o Legislativo e o Executivo municipal é essencial para o desenvolvimento das cidades brasileiras. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) endossa esse entendimento com a realização de iniciativas que impulsionam o processo de integração dos vereadores ao movimento municipalista, tendo em vista a importância do papel que eles desempenham dentro da entidade e dos Municípios.

Para isso, a Confederação vai promover ao longo deste semestre fóruns de vereadores estaduais e um, em âmbito nacional, que acontecerá na sede da CNM, em Brasília. Além disso, a entidade promoveu uma campanha com o slogan “Vereador, juntos em Defesa dos Municípios” com o objetivo de aproximar as Câmaras de Vereadores da pauta defendida pela Confederação.

O fórum nacional acontece nos dias 30 e 31 de outubro na capital federal. Na ocasião, a CNM vai debater temas de interesse dos Poderes Legislativos locais no exercício do cumprimento das obrigações constitucionais. Nesse sentido, a Confederação convida os vereadores e reforça a importância da participação de todos no evento na sede da entidade.

O primeiro fórum estadual – que antecede o evento nacional – está previsto para os dias 10 e



11 de outubro, em Belo Horizonte (MG). Na semana seguinte, nos dias 17 e 18 de outubro, a cidade de Porto Alegre (RS) vai receber o encontro.

Durante os dois dias de atividades, serão apresentadas formas de atuação do Legislativo para fortalecer o municipalismo, além de boas práticas para uma gestão de qualidade. Também serão destacadas pela CNM ferramentas exclusivas para vereadores, portal do vereador, a Casa dos Vereadores em Brasília, bem como esclarecimentos sobre a carteira de identificação nacional.

Outras ações

Desde o primeiro semestre, a CNM tem buscado aprimorar a relação do Legislativo com o Executivo local. Durante a ***Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios***, maior evento municipalista da América Latina, a CNM já vem promovendo o ***Fórum de Vereadores*** dentro da programação principal.

Neste ano, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, coordenou um painel que teve como objetivo fortalecer o movimento municipalista e alinhar o trabalho entre o Executivo e o Legislativo municipal. O líder municipalista destacou que a CNM e os Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios precisam estar em harmonia no sentido de alcançar melhorias para a população. “Estamos abrindo espaço para os vereadores. Vamos trabalhar em sintonia”, reforçou.

Mais detalhes sobre como participar do Fórum de Vereadores pelo site www.veredores.org.br ou pelo telefone (61) 2101-6655.

